

# Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais Dubai, 2012

Reflexos do Tratado Global de  
Telecomunicações nas relações de consumo

Jeferson Fued Nacif  
Chefe, Assessoria Internacional, Anatel

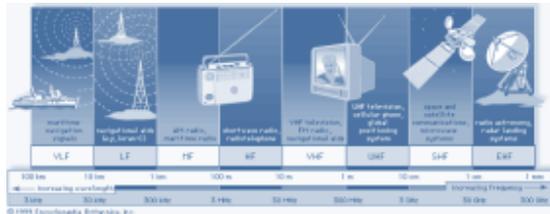
WCIT  
2012  
Dubai, UAE



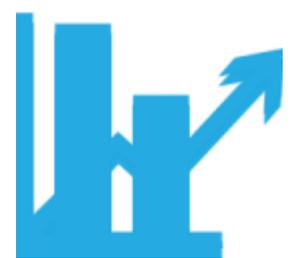
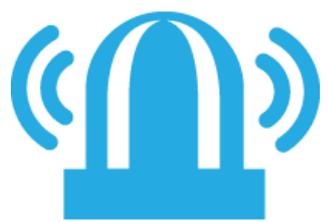
# Mas antes, o que é a UIT?



## Radiocomunicação



## Desenvolvimento

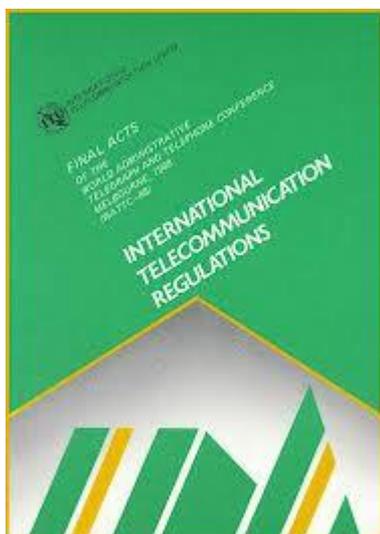


## Padronização

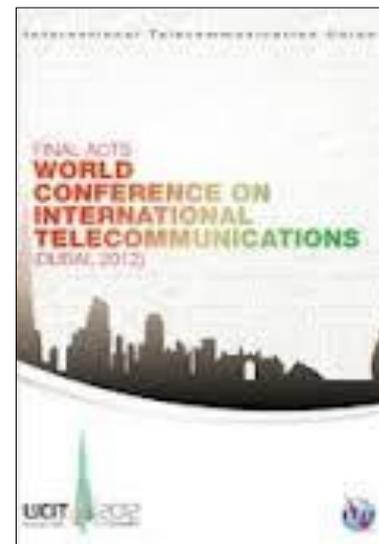


# O que é a WCIT e o que são os ITRs?

Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (CMTI) encarregada de revisar os Tratados Internacionais de Telecomunicações (ITRs). Buscou-se revisar Tratado de 1988 que não contemplava temas essenciais do novo cenário convergente das telecomunicações, como mobilidade, tecnologias IP, segurança e SPAM, roaming internacional.



- ITRs atuais, CMTI-1988, Melbourne.
- Instrumento da UIT, segundo sua Constituição (CS/CV e RR/ITR);
- Tratado internacional, com aplicação vinculante;
- Visam garantir os princípios básicos de funcionamento, interconexão e pagamento entre as redes de telecomunicações internacionais.



# WCIT-12 Processo preparatório interno



- Dezenas de reuniões de trabalho regionais e internacionais
- Processo inclusivo de construção dos posicionamentos do Brasil na Conferência.
  - Dezenas de reuniões abertas na Anatel, divulgadas em Twitter, Facebook, emails, página da Agência
  - Ambiente multistakholder: centenas de pessoas físicas e jurídicas
  - Divulgação de todos os documentos na internet:
    - [www.anatel.gov.br/cmti12](http://www.anatel.gov.br/cmti12)
- Propostas concluídas pelos integrantes da CBC 1, submetidas e aprovadas pelo Conselho Diretor da Anatel.
- Reuniões plenárias da UIT abertas e transmitidas ao vivo pela Internet. Necessidade de absorver ferramentas de inclusão multissetorial.



# Principais resultados da WCIT

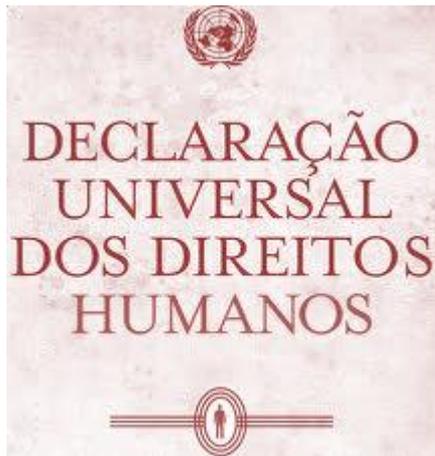


Não se restringem à telefonia convencional (assim como os velhos). Reconhecimento do respeito aos direitos humanos. Conteúdos estão fora do escopo do tratado. Novas provisões direcionadas aos consumidores, pró-investimentos e pró-competição. Reconhecimento de que temas de Internet (neutralidade, governança) devem ser melhor discutidos e por isso, a palavra “Internet” não aparece (embora implicitamente sim, como nos ITRs de 1988)

convergência



Respeito aos Direitos Humanos

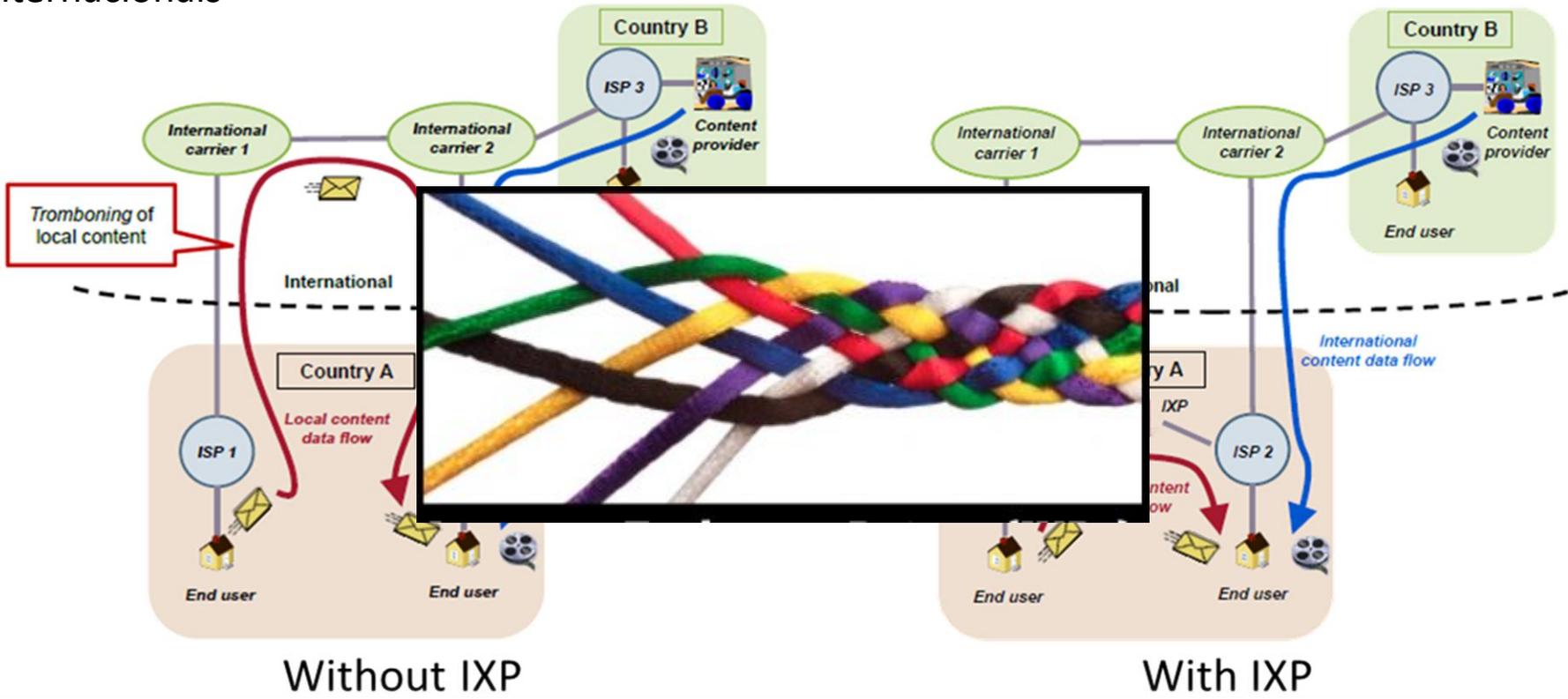


Internet não é mencionada

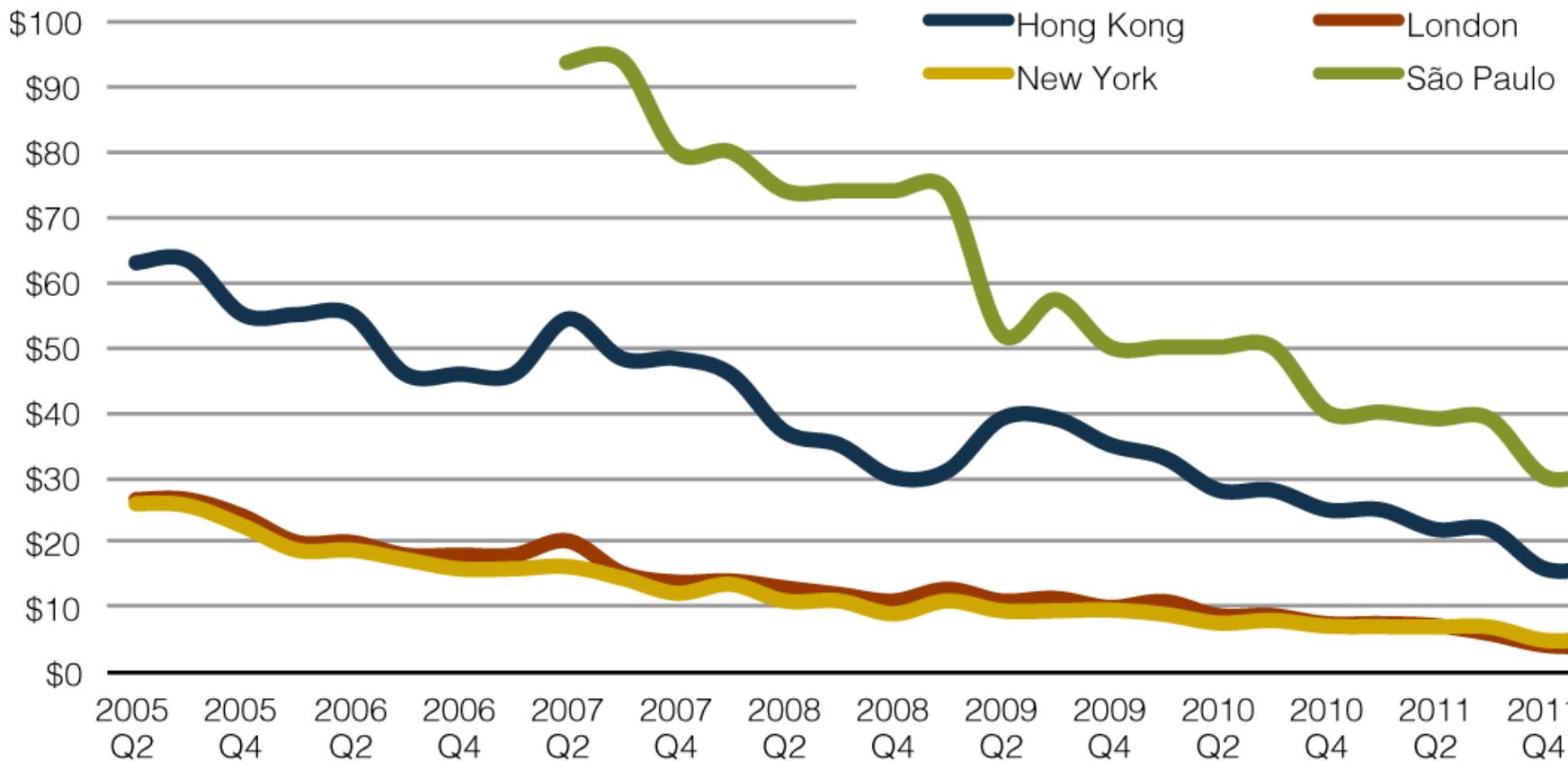


# Principais resultados da WCIT

Artigo 3 diz respeito à operação das redes de telecom, garante o direito a se comunicar com boa qualidade técnica, que os investimentos acompanhem a demanda, o direito ao acesso às redes e ao envio de dados, e a criação de um ambiente favorável à implementação de PTTs para melhoria da qualidade, aumento da conectividade e resiliência das redes, aumento da competição e redução dos custos das interconexões internacionais



# MEDIAN GIGE IP TRANSIT PRICES IN MAJOR CITIES, Q2 2005-Q2 2012



# Principais resultados da WCIT

Propostas brasileiras sobre roaming internacional foram aprovadas com êxito e grande apoio. É preciso dar seguimento às propostas de acordos bilaterais e regionais para assegurar melhores condições aos consumidores, especialmente quanto ao roaming de dados.

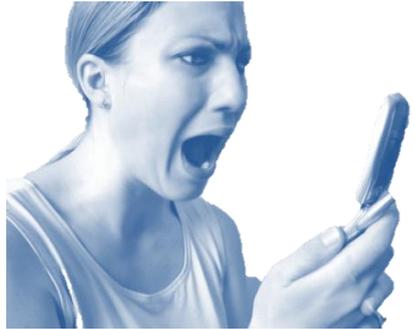
### preços de roaming mais razoáveis



### garantir maior transparência



### qualidade satisfatória



### Informar os números de emergência mesmo em roaming



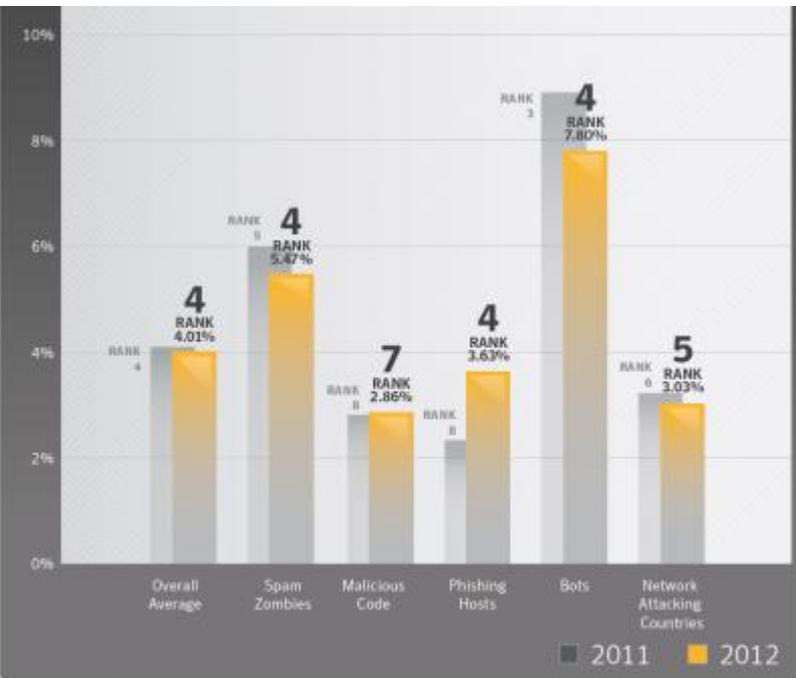
evitar o roaming inadvertido em zonas de fronteira.

# Principais resultados da WCIT



O artigo 5º se refere à prioridade às comunicações de emergência assim como à segurança das redes. Motivo de grande controvérsia na Conferência. Busca-se referendar conceito de que os países devem envidar esforços para robustecer suas redes e de que a cooperação internacional é essencial para lidar com os desafios da segurança das redes.

Brasil no Ranking mundial das ameaças. Symantec



Fonte: Symantec

Segurança Cibernética no Brasil.



Fonte: SAE

# Principais resultados da WCIT



O artigo 5º se refere também ao combater ao spam. O texto adotado não utiliza a palavra “spam”, não se relaciona com conteúdo (cf. Preâmbulo) e não tem relação com recomendação técnica Y.2770 - Requirements for Deep Packet Inspection in Next Generation Networks (recomendação técnica, não vinculante, aprovada na WTSA-2012).



**Abordagem consistente com experiência brasileira de gerência da Porta 25 (no nível de redes de telecomunicações), coordenado entre CGI.br e Anatel**

**visa também combater SMS indesejados nas redes de telefonia móvel.**

---



\* Em 2009, o Brasil era o primeiro colocado, com mais de um milhão de IPs, que correspondiam a 17% de todos os IPs listados. Hoje, aparece na 12ª posição, com menos de 200 mil IPs, o que representa apenas 2% dos IPs listados.

# Principais resultados da WCIT



ARB/7/52	CME/15/79, 80, 81, 82 83, 84	B/18/46, 49	IND/21/30	ACP/3A/17	RCC/14A/1/75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83	AFCP/19/58, 63
<p><b>Confidence and Security of Telecommunications/ICTs</b></p> <p><b>41D</b> 5A.1 Member States shall undertake appropriate measures, individually or in <b>cooperation</b> with other Members states, to ensure Confidence and Security of Telecommunications/ICTs.</p> <p>5A.2 Issues related to security include physical and operational security of networks; cybersecurity, cyberthreats, and cyber attacks; denial of service attacks; other online threats; controlling and countering unsolicited electronic communication (e.g <b>Spam</b>); and protection of information and personal data (e.g, phishing).</p> <p>5A.3 Member States, in accordance to national law, shall <b>cooperate</b> to investigate, prosecute, correct and repair security breaches and incidents in timely manner.</p> <p>5A.4 Member States shall ensure that <b>operating agencies</b> and other concerned entities provide and maintain, to the greatest extent practicable, confidence and security of telecommunications/ICTs.</p> <p>5A.5 Member States shall ensure that <b>operating agencies</b> and other concerned entities <b>cooperate</b> with their counter parts in other Member states in ensuring confidence and security of telecommunications/ICTs.</p> <p>5A.6 Member States shall ensure that <b>operating agencies</b> take the appropriate measures to prevent the propagation of <b>spam</b>.</p> <p>5A.7 Member States shall ensure that <b>operating agencies</b> take the appropriate measures to combat network fraud.</p>	<p><b>Confidence and security of telecommunications/ICTs</b></p> <p><b>41D</b> 5A.1 Member States shall <b>cooperate</b> to enhance user confidence, build trust, and protect both data and network integrity; consider existing and potential threats to ICTs; and address other information security and network security issues.</p> <p><b>41DA</b> 5A.2 Member States in <b>cooperation</b> with the private sector, shall prevent, detect and respond to cyber-crime and misuse of ICTs by: developing guidelines that take into account ongoing efforts in these areas; considering <b>legislation</b> that allows for effective investigation and prosecution of misuse; promoting effective mutual assistance efforts; strengthening institutional support at the international level for preventing, detecting and recovering from such incidents; and encouraging education and raising awareness.</p> <p><b>41DB</b> 5A.3 Member States shall <b>cooperate</b> to harmonize national laws, jurisdictions, and practices in the areas of: the investigation and prosecution of cybercrime; data preservation, retention, protection (including personal data protection), and privacy; and approaches for network defense and response to cyberattacks.</p> <p><b>41DC</b> 5A.4 Member States shall take measures to ensure the security of telecommunication/ICT networks and information systems, including Internet security, and to fight cybercrime, while protecting and respecting the provisions for privacy and freedom of expression as contained in the relevant parts of the Universal Declaration of Human Rights.</p> <p><b>41E</b> 5A.5 Member States are encouraged:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>to adopt national <b>legislation</b> to act against <b>spam</b>;</li> <li>to <b>cooperate</b> to take actions to counter <b>spam</b>;</li> <li>to exchange information on national findings/actions to counter <b>spam</b>.</li> </ol>	<p><b>Confidence and security in the provision of international telecommunications and services</b></p> <p><b>41D</b> 5A.1 Member States should encourage <b>Operating Agencies</b> in their territories to take appropriate measures for ensuring networks safety and security.</p> <p>5A.2 Member States should collaborate to promote international <b>cooperation</b> to avoid <b>technical</b> harm to networks.</p> <p>5A.3 Member States are encouraged to <b>cooperate</b> in that sense.</p> <p><b>41E</b> 5B.1 Member States shall ensure that operating agencies take appropriate measures to prevent the propagation of <b>spam</b>.</p> <p>5B.2 Member States are encouraged to <b>cooperate</b> in that sense.</p>	<p><b>Confidence and security of telecommunications/ICTs</b></p> <p><b>41D</b> 5A.1. Member-States shall have the right to take appropriate measures to protect and Secure the ICT Network infrastructure and data contained in or flowing through the Network and also to prevent the misuse of ICT network and services within their state.</p> <p>5A.2. The Member States should endeavour to take appropriate measures, individually or in <b>cooperation</b> with other Member states, to ensure Security of the ICT Network and information, including user information, contained in or flowing through the ICT network within their jurisdiction.</p> <p>5A.3. Member-States should endeavour to oversee that <b>Operating Agencies</b> in their territory do not engage in activities which impinge on the security and integrity of ICT network such as denial of service attack, unsolicited electronic communication (<b>spam</b>), unsolicited access to network elements and devices etc., to enable effective functioning of ICTs in secure and trustworthy conditions.</p> <p>5A.4. Member States should endeavour to <b>cooperate</b> to harmonize national laws, jurisdictions, and practices in the relevant areas.</p>	<p><b>Network Security</b></p> <p><b>41A</b> 5A.1 Member States should encourage <b>Operating Agencies</b> in their territories to take appropriate measures for ensuring network security.</p> <p><b>41B</b> 5A.2 Member States should collaborate to promote international <b>cooperation</b> to avoid <b>technical</b> harm to networks.</p>	<p><b>Confidence and Security in the Provision of International Telecommunication Services</b></p> <p><b>41B</b> 5A.1 Member States shall do their utmost to promote the confidence required for effective use and harmonious development of international telecommunications as well as security in the provision of international telecommunication services.</p> <p><b>41C</b> 5A.2 Member States shall ensure the necessary international collaboration between administrations, <b>operating agencies</b> and other authorized entities, coordinate joint activity and exchange information, and shall also <b>cooperate</b> in other ways, including through the conclusion of intergovernmental arrangements in regard to strengthening confidence and security in the provision of international telecommunication services. Member States shall ensure the adoption of the necessary national <b>legislation</b>, and ensure and oversee compliance with such <b>legislation</b> by administrations, <b>operating agencies</b> and the public.</p> <p><b>41D</b> 5A.3 Member States shall ensure that <b>operating agencies</b> safeguard the confidentiality of international telecommunications and of any related information that has become known in the course of providing international telecommunication services.</p> <p><b>41E</b> 5A.4 Member States shall ensure the protection by <b>operating agencies</b> of personal data handled for the purposes of providing international telecommunication services.</p> <p><b>41F</b> 5A.5 Member States shall ensure unrestricted public access to international telecommunication services and the unrestricted dissemination of international telecommunications, except in cases where international telecommunication services are used for the purpose of interfering in the internal affairs or undermining the sovereignty, national security, territorial integrity and public safety of other States, or to divulge information of a sensitive nature.</p> <p><b>41G</b> 5A.6 Member States shall take the necessary measures to prevent the propagation of <b>spam</b>.</p> <p><b>41H</b> 5A.7 Member States shall take the necessary measures to combat network fraud.</p> <p><b>41I</b> 5A.8 Member States shall ensure that numbering, naming, addressing and identification resources are used in accordance with their intended purpose and stipulated allocation.</p> <p><b>41J</b> 5A.9 Member States shall ensure that <b>operating agencies</b> identify the subscriber when providing international telecommunication services, and shall ensure the processing, transmission and protection of identification information in the provision of international telecommunication services.</p>	<p><b>Confidence and security in the provision of international telecommunications/ICT and services</b></p> <p><b>41B</b> 5A.1 Member States should <b>cooperate</b> regarding telecommunications security matters (including cybersecurity), in particular develop <b>technical</b> standard and acceptable <b>legal norm</b> including among others th regarding territorial jurisdi and sovereign responsibility</p> <p><b>41C</b> 5A.2 Member States shall <b>cooperate</b> to honor national laws, jurisdictions and practices in the areas the investigation and prosecution of cybercrime (including eavesdropping breach of privacy of telecommunications); data preservation, retention, protection (including pers data protection), and priv and approaches for netwc defense and response to cyber attacks</p> <p><b>41D</b> 5A.3 Member States : ensure that <b>operating agencies</b> take the appropriate measures to combat netw fraud</p> <p>41E Member States sha ensure that operating agencies take appropriate measures to prevent the propagation of <b>spam</b> including:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li></li> <li></li> <li></li> </ol>

# Principais resultados da WCIT



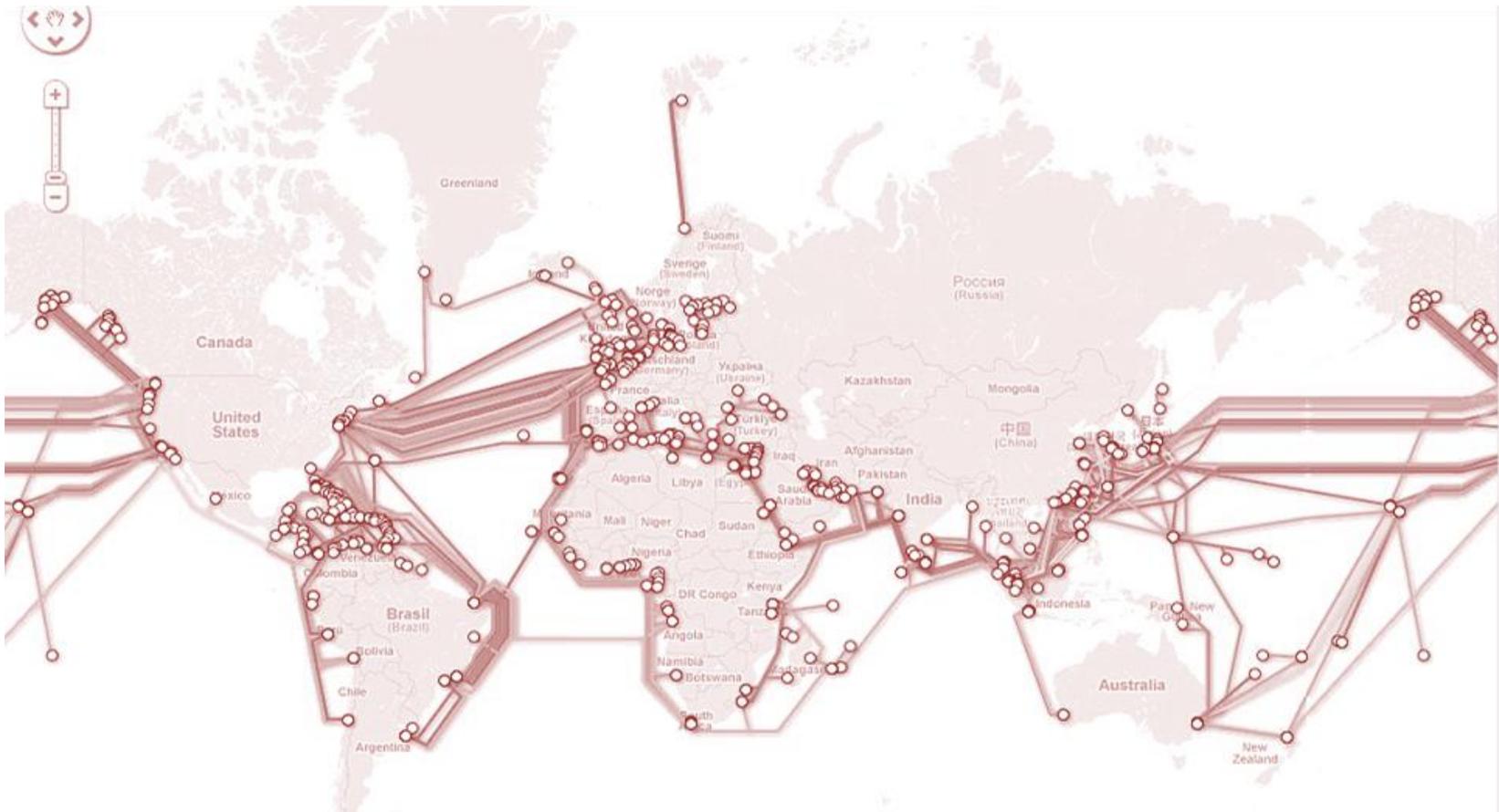
O Artigo 6 mantém a prevalência dos acordos comerciais privados nas transações entre as operadoras e busca mitigar a bitributação, encorajar investimentos em redes de telecomunicações internacionais e promover a concorrência dos preços de atacado.



# WCIT-12 Resoluções

## Res. Plen/1

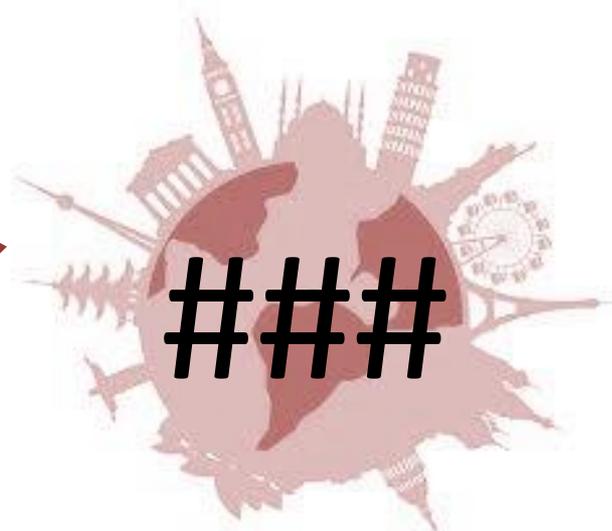
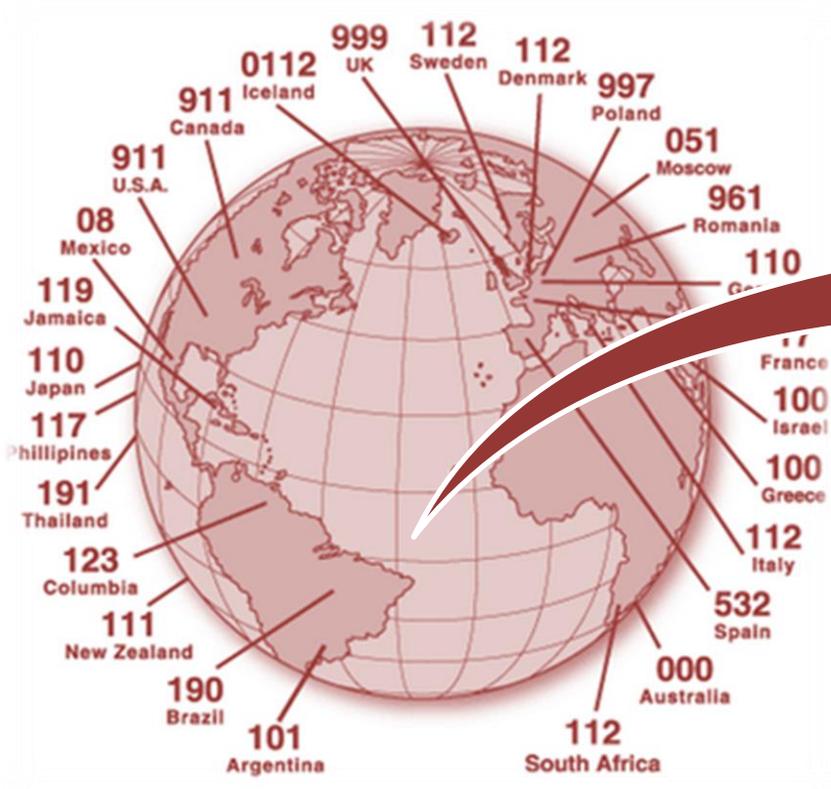
Medidas especiais para acesso às redes de fibra óptica internacionais por países em desenvolvimento sem litoral e por pequenos Estados insulares em desenvolvimento.



# WCIT-12 Resoluções

## Res. Plen/2

Número nacional harmonizado em nível global para acesso aos serviços de emergência. Diversidade de números cria confusão. Busca-se um único número aceitável para todos os países.



# WCIT-12 Resoluções

## Res. Plen/3

- Promover um ambiente propício para o maior crescimento da Internet. Incentivar governos a se posicionarem sobre aspectos técnicos e políticas públicas relacionadas à Internet, em conjunto com todos os atores interessados. Que a UIT continue atuando no desenvolvimento da banda larga e do modelo multissetorial da Internet, além de apoiar a participação dos governos em tais atividades.
- Consequências: guerra fria digital, acirramento das posições.



# Caso Snowden-NSA Repercussões

Governança da Internet baseada em confiança. Com o caso Snowden, os princípios e a moralidade dos EUA e aliados abalados. Desconfiança generalizada: balcanização das ações na rede de forma a garantir um mínimo de segurança e privacidade, ameaçando a interoperabilidade e unicidade da Internet. Outros podem requerer mesma tecnologia de vigilância agravando o cenário já desastroso para as liberdades individuais.



# WCIT-12 Conclusões

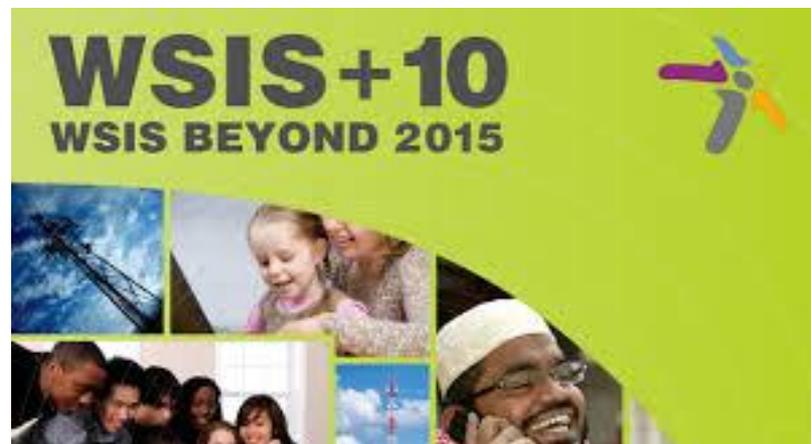
Complexidade de temas e de posições demonstrou que telecomunicações estão na agenda política internacional, importância econômica e política. Multiplicidade de visões que enriquecem as negociações. Não há mais um única voz. 89 países assinaram. 55, não.



AFGHANISTAN	ALBANIE	ALGÉRIE	ALLEMAGNE	ANDORRE	ANGOLA	ARABIE SAOUDITE	ARGENTINE	ARMÉNIE	AUSTRALIE
AUTRICHE	AZERBAÏDJAN	BAHRÉÏN	BANGLADESH	BARBADE	BÉLARUS	BELGIQUE	BELIZE	BÉNIN	BHOUTAN
BOTSWANA	BRÉSIL	BRUNÉÏ DARUSSALAM	BULGARIE	BURKINA FASO	BURUNDI	CAMBODGE	CANADA	CAP-VERT	RÉPUBLIQUE CENTRAFRICAINE
CHILI	CHINE	CHYPRE	COLOMBIE	COMORES	RÉPUBLIQUE DU CONGO	RÉPUBLIQUE DE CORÉE	COSTA RICA	CÔTE D'IVOIRE	CROATIE
CUBA	DANEMARK	DJIBOUTI	RÉPUBLIQUE DOMINICAINE	EGYPTE	EL SALVADOR	EMIRATS ARABES UNIS	ESPAGNE	ESTONIE	ETATS-UNIS
FÉDÉRATION DE RUSSIE	FINLANDE	FRANCE	GABON	GAMBIE	GÉORGIE	GHANA	GRÈCE	GUATEMALA	GUYANA
HÂÏTI	HONGRIE	INDE	INDONÉSIE	RÉPUBLIQUE ISLAMIQUE D'IRAN	IRAQ	IRLANDE	ISRAËL	ITALIE	JAMAÏQUE
JAPON	JORDANIE	KAZAKHSTAN	KENYA	KOWEÏT	LESOTHO	LETONNIE	LIBAN	LIBÉRIA	LIBYE
LIECHTENSTEIN	LITUANIE	LUXEMBOURG	MALAISIE	MALAWI	MALI	MALTE	MAROC	ILES MARSHALL	MAURICE
MEXIQUE	MOLDOVA	MONGOLIE	MONTÉNÉGRO	MOZAMBIQUE	NAMIBIE	NEPAL	NIGER	NIGÉRIA	NORVÈGE
NOUVELLE-ZELANDE	OMAN	OUGANDA	OUZBÉKISTAN	PANAMA	PAPOUASIE-NOUVELLE-GUINÉE	PARAGUAY	PAYS-BAS	PÉROU	PHILIPPINES
POLOGNE	PORTUGAL	QATAR	KIRGHIZISTAN	SLOVAQUIE	RÉPUBLIQUE TCHÈQUE	ROYAUME-UNI	RWANDA	SAINTE-LUCIE	SÉNÉGAL
SERBIE	SIERRA LEONE	SINGAPOUR	SLOVÉNIE	SOMALIE	SOUDAN	SOUDAN DU SUD	SRI LANKA	RÉPUBLIQUE SUDAFRICAINE	SUÈDE
SUISSE	SWAZILAND	TANZANIE	THAÏLANDE	TOGO	TRINITÉ-ET-TOBAGO	TUNISIE	TURQUIE	UKRAINE	URUGUAY
VENEZUELA	VIET NAM	YÉMEN	ZIMBABWE						

# WCIT-12 - seguimento

Na WTPF-13, o Brasil teve posição de destaque. Operacionalização do papel dos governos na Governança da Internet. Quanto à WSIS+10, busca revisão profunda da Cúpula para corrigir os rumos. Repercussões na PP-14.



**PLENIPOTENTIARY 2014**  
BUSAN KOREA



**Jeferson Fued Nacif**

Assessoria Internacional

Comissões Brasileiras de Comunicações, CBCs

- [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)

